

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.364 - SP (2019/0203851-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : AMERICA LIGHT ILUMINACAO E DECORACAO LTDA - ME  
**ADVOGADO** : LUCIANE CRISTINE LOPES - SP169422  
**RECORRIDO** : SALSUL - SOCIEDADE AMIGOS DO LAGO SUL  
**ADVOGADO** : EDUARDO BIANCONCINI DE FREITAS E OUTRO(S) - SP168732

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por AMÉRICA LIGHT ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA. - ME, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"APELAÇÃO. PREPARO INSUFICIENTE. Ausência de complementação do valor referente à taxa judiciária no prazo legal. Preclusão. Artigos 223 e 1.007, §2º do CPC. Atestado médico acostado aos autos que, por si só, é insuficiente para o configurar justa causa a ensejar a devolução do prazo para a prática do ato. Impedimento absoluto da patrona do recorrente para exercer a profissão e substabelecer o instrumento de mandato não demonstrado. Recolhimento extemporâneo. Deserção configurada. RECURSO NÃO CONHECIDO" (fl. 233 e-STJ)*

Nas razões do recurso especial, além de divergência jurisprudencial, a recorrente alega violação dos arts. 197, parágrafo único, 223, § 1º, e 1.007, § 6º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, em síntese, a não observância de justa causa a ensejar a prorrogação do prazo recursal, a saber: a juntada de atestado médico pela advogada signatária, que esteve afastada de suas atividades profissionais, por ordem médica.

Afirma, ainda, que houve indisponibilidade do sistema de peticionamento eletrônico do TJSP, o que prorroga automaticamente o prazo recursal.

Sem as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Em suas razões, a agravante pugna pelo provimento do presente recurso, sob a alegação da necessidade de reconhecimento de justa causa para o não cumprimento do prazo

para complementação de custas, porquanto a única advogada constituída nos autos esteve afastada das suas atividades profissionais por motivos médicos, conforme atestado juntado aos autos, e porque houve indisponibilidade do sistema de peticionamento eletrônico do TJSP, o que prorroga automaticamente o prazo recursal.

Ao analisar a questão, o tribunal estadual assim consignou:

*"(...)*

*Incumbe ao recorrente comprovar, no ato da interposição do recurso, o recolhimento do respectivo preparo, ou na sua ausência, a concessão da assistência, judiciária, sob pena de deserção. No caso, diante da insuficiência do preparo, a apelante foi intimada para complementar o valor da taxa judiciária, nos termos do art. 1.007, § 2º, do CPC, conforme decisão disponibilizada no DJE de 16/08/2017 (fls. 219/220).*

*Iniciado o prazo concedido para a prática do ato em 18/08/2017, seu término ocorreu em 24/08/2017. Entretanto, a recorrente deixou transcorrer o prazo in o albis, certificado o decurso do prazo legal sem manifestação da parte (fls. 221).*

*Em 28/08/2017, a apelante comprova o recolhimento extemporâneo da complementação do preparo (fls. 223/231). Na mesma data, noticia que o descumprimento do comando judicial decorreu do afastamento das atividades profissionais da única patrona por ela constituída nos autos, no período de 15/08/2017 a 25/08/2017, conforme documento que apresenta (fls. 230) - atestado médico - firmado pela Dra. Lisandra Tavares - Médica Ginecologista Obstetra (CRM 155.585), em que consta como diagnóstico, CID: F43 (reação aguda ao 'stress').*

*Entretanto, o atestado médico, por si só, não configura justa causa para a não realização do ato processual, a ensejar a devolução do prazo postulada, eis que desacompanhado de outros elementos a evidenciar que, em razão da doença diagnosticada, a advogada que representa a recorrente foi impedida, de modo absoluto, de exercer a profissão, bem como, de substabelecer o mandato, no período do afastamento.*

*(...)*

*Decorrido o prazo estabelecido sem o cumprimento do ato processual pela recorrente, bem como ausente justa causa para a sua não realização, extingue-se o direito da parte de praticá-lo (art. 223, CPC), razão pela qual o reconhecimento da deserção do presente apelo é medida de rigor" (fls. 234/236 e-STJ).*

Com efeito, nos termos da Jurisprudência desta Corte, *"a doença que acomete o advogado somente se caracteriza como justa causa, a ensejar a devolução do prazo, quando o impossibilita totalmente de exercer a profissão ou de substabelecer o mandato"* (EDcl no AREsp 225.773/SP, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, DJe 28/3/2014), circunstância

não comprovada na espécie.

Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTES TRIBUNAL QUE NEGOU SEGUIMENTO A PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO ANTE O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO IMPUGNADA. INSURGÊNCIA DO AUTOR-AGRAVADO.*

- 1. Consoante a jurisprudência deste Tribunal, não constitui, por si só, justa causa apta a devolver o prazo recursal à parte o fato de o advogado juntar atestado médico que comprove eventual problema de saúde. 1.1. 'A doença que acomete o advogado somente se caracteriza como justa causa, a ensejar a devolução do prazo, quando o impossibilita totalmente de exercer a profissão ou de substabelecer o mandato' (EDcl no AREsp nº 225.773/SP, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe 28/3/2014). 1.2. No caso em tela, não se verificou enfermidade que implique justa causa, de modo que o pedido de reconsideração formulado após o trânsito em julgado da decisão monocrática não pode ser conhecido.*
- 2. Agravo interno desprovido" (AgInt nos EDcl no RCD no AREsp 657.035/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018).*

*"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COISA JULGADA RECONHECIDA. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. DOENÇA INCAPACITANTE DO PATRONO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DO FATO. IMPOSSIBILIDADE. JUSTA CAUSA OU FORÇA MAIOR NÃO COMPROVADA. SÚMULA 83/STJ.*

- 1. A modificação do entendimento fixado pelo Tribunal de origem exige que se verifiquem os elementos configuradores da coisa julgada, o que demanda exame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que encontra óbice no disposto pela súmula 7/STJ.*
- 2. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que somente se admite a alegação de justa causa ou força maior para fins de dilação do prazo recursal, quando demonstrado que a doença que acometeu o advogado o impossibilita totalmente de exercer a profissão ou de substabelecer o mandato. 3. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação.*

*Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."* 4. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

- 5. Recurso Especial não provido" (REsp 1736568/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe*

23/11/2018).

*"PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. MOTIVO DE FORÇA MAIOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.*

*1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que somente se configura força maior quando demonstrada a absoluta impossibilidade de o patrono da parte exercer a profissão ou substabelecer o mandato, hipótese inocorrente.*

*2. 'O fato de o advogado da parte se encontrar de atestado médico não constitui, por si só, hipótese de justa causa. Ademais, não ficou comprovado que seu problema de saúde o impediu de praticar o ato ou de constituir mandatário para tanto'.*

*Precedentes.*

*3. Agravo interno não provido."*

(AgInt no AREsp 907.557/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ALEGADA JUSTA CAUSA. ATESTADO MÉDICO. FORÇA MAIOR NÃO COMPROVADA. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*I. É assente, nesta Corte, o entendimento de que 'a alegação da agravante de que resta caracterizada a força maior, nos termos do art. 507 do CPC, apta a ensejar o afastamento da intempestividade de seu recurso, devido à doença grave de seu patrono, não se mostra suficiente para a devolução do prazo recursal. Isso porque, o fato de o advogado da parte se encontrar de atestado médico não constitui, por si só, hipótese de justa causa. Ademais, não ficou comprovado que seu problema de saúde o impediu de praticar o ato ou de constituir mandatário para tanto. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que somente se configura força maior quando demonstrada a absoluta impossibilidade de o patrono da parte exercer a profissão ou substabelecer o mandato' (STJ, AgRg no AREsp 645.111/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/08/2015). Em igual sentido: STJ, AgRg no AREsp 512.193/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 03/06/2015; STJ, AgRg no AREsp 682.574/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe de 17/06/2015.*

*II. No caso concreto, o acórdão, que julgou a Apelação, foi disponibilizado no DJe em 16/01/2012, considerando-se publicado em 17/01/2012 (terça-feira). O prazo para interposição do Recurso Especial teve início em 18/01/2012 (quarta-feira), finalizando-se em 01/02/2012 (quarta-feira). Contudo, o Recurso Especial foi interposto em 14/02/2012, após, portanto, o transcurso do prazo recursal de quinze dias, previsto no art. 508 do Código de Processo Civil.*

*III. Agravo Regimental improvido."*

(AgRg no AREsp 658.428/RJ, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 14/3/2016)

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, rever as conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: *“a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”*.

Por fim, verifica-se que a tese de que houve indisponibilidade do sistema de peticionamento eletrônico do TJSP, o que prorroga automaticamente o prazo recursal, não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar vício porventura existente.

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”*.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Na origem, a sentença (fl. 161 e-STJ) condenou a parte ré, ora recorrente, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. O tribunal estadual majorou referida verba para 15% (quinze por cento) - fl. 236 e-STJ. E a solução dada neste momento processual implica a majoração dos honorários sucumbenciais para 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) a ser arcada pela ora recorrente, os quais serão revertidos em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observada a assistência judiciária, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator